|  |  |
| --- | --- |
| Disciplina | EDUCAÇÃO ESPECIAL |
| Unidade | UNIDADE 3 |

**ORIENTAÇÕES:**

- O texto deverá ter **no máximo dez (10) páginas** (Arial 12 com espaço 1,5).

|  |  |
| --- | --- |
| **Texto Base (próprio)** | |
| **Título a ser mostrado** | **MODELOS EM EDUCAÇÃO ESPECIAL**  Este texto foi composto por fragmentos retirados de textos de difrentes autores, cujas fontes estão devidamente registradas ao final, bem como indicadas no material complementar. Esta composição tem o intuito, **apenas**, de dar suporte para as discussões nas aulas, devendo-se, portanto, recorrer ao texto na íntegra dos referidos autores para aprofundamento do tema.  Os modelos em Educação Especial são marcados pelas diferentes práticas compartilhadas pela sociedade baseadas nos conceitos, valores e percepções acerca das deficiências em diferentes momentos históricos. No entanto, esses modelos coexistiram e ainda coexistem ao longo dos diferentes períodos. São eles: **modelo da institucionalização, modelo** **integracionista** e, atualmente, **modelo inclusivo**.  O modelo da “institucionalização” surge a partir do século XVI e segue até meados do século XX com base na ideia de que as pessoas com deficiência eram consideradas “inválidas” e “ineducáveis”. Estudiosos daquele período afirmavam que as deficiências tinham suas causas relacionadas a fatores orgânicos e que nada poderia se fazer para que a vida dessas pessoas pudesse ser melhorada e que, portanto, a internação em instituição isolada seria a melhor alternativa, segregá-los. Acreditavam que essas pessoas seriam mais bem tratadas e protegidas da sociedade se estivessem em ambiente separado; da mesma forma a sociedade ficaria protegida dos considerados “anormais”. Para aquele momento, essas explicações foram consideradas um avanço, visto que nos séculos anteriores as causas da deficiência tinham explicações de cunho religioso.  Como visto ao longo da história, a institucionalização dessas pessoas tinha como propósito o isolamento da sociedade. Num primeiro momento, em hospitais psiquiátricos onde recebiam o mesmo tratamento daquelas que sofriam de doenças mentais e, mais adiante, em instituições que recolhiam aquelas que apresentavam diferentes tipos de deficiência com proposição assistencialista, podendo ser comparadas com os antigos “asilos” para amparo e sustento. Algumas instituições residenciais, no entanto, ofereciam também uma perspectiva educacional.  A institucionalização passou a ser criticada por grupos de pessoas com deficiência, por acadêmicos e pelos movimentos em prol dos direitos humanos. Como resposta da sociedade ao modelo segregado da institucionalização, surge a abordagem **integracionista de Educação Especia**l, que defendia a ideia de que as instituições residenciais não poderiam mais ser locais de confinamento dessas pessoas e passam a requerer ações que visassem prepará**-los para o convívio social.** O modelo integracionista de Educação Especial baseia-se no princípio da normalização, que defende a ideia de inserção social da pessoa com deficiência, procurando ajudá-la a **adquirir as condições e padrões da vida cotidiana da sociedade, no nível mais próximo possível do considerado “normal”.** O princípio da integração norteou, por muito tempo, os ideais da Educação Especial; trata-se de um processo que visa a integrar o aluno à escola, graças aos atendimentos clínicos que lhe é oferecido para alcançar o padrão de normalidade das pessoas sem deficiência. Nesse modelo, o aluno é que deve adequar-se à escola, organizada para atender alunos que não apresentam nenhuma deficiência.  Isso significa que a educação acontecerá **na medida em que o aluno com necessidades educacionais especiais se adaptar aos recursos disponíveis na escola regular** que, pode-se dizer na sua totalidade, visam a atender, de uma maneira homogênea, todos os alunos, independentemente de suas características, sem considerar as possíveis diferenças existentes para o processo de aprendizagem.  O conceito de integração assume aqui uma forma de inserção social associada ao modelo médico de educação, pois buscava, e em muitos casos ainda busca, tornar a pessoa apta para satisfazer os padrões do meio social. Nessa visão, compreende-se a deficiência como um fenômeno biológico, ou seja, a deficiência seria consequência do corpo de um indivíduo com a lesão; uma incapacidade física que leva o indivíduo a uma série de desvantagens sociais. Uma vez identificada como causa orgânica, a deficiência no indivíduo deveria ser tratada para melhorar seu funcionamento e reduzir assim as desvantagens sociais a serem vividas. Portanto, esse seria um problema localizado apenas no indivíduo que, através da reabilitação de suas limitações por profissionais especializados, ele é quem deveria se adaptar à sociedade. Esses pressupostos configuram-se no Modelo Médico/ Clínico da Deficiência.  A abordagem integracionista de Educação Especial está estreitamente relacionada ao Modelo Médico/Clínico da Deficiência, na sua organização e proposta dispunha de opções que eram ofertadas a essa população para atender ao nível de capacidade de adaptação e de integração. As opções de serviços educacionais para o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos pressupunham uma sequência de níveis que ia do mais segregado ao, supostamente, mais integrador, incluía: escola especializada, classe especial e classes comuns com ou sem apoio. No entanto, o que se constatou foi que a passagem do aluno com deficiência de um nível mais segregado para o mais integrador dependia exclusivamente do aluno atingir um padrão de comportamento que se aproximasse do aluno considerado “normal”, o que na prática dificilmente acontecia, comprometendo o princípio da integração escolar.  Nesse modelo, a Educação Especial constitui-se num sistema paralelo ao sistema educacional, organizada a partir de métodos fortemente pautados no trabalho clínico/terapêutico que visava à reabilitação do aluno para que o mesmo pudesse ingressar nos espaços mais integradores; compunha-se de um conjunto de terapias (fonoaudiologia, fisioterapia, psicologia e outras ), limitando as atividades escolares a um currículo acadêmico próprio que pouco considerava os aspectos da escolarização desses alunos. Como consequência, as classes e escolas especiais, em sua maioria, funcionavam mais como espaços de segregação para aqueles que não se enquadravam no sistema regular de ensino, do que uma possibilidade de serem atendidos nas suas especificidades educacionais. A Educação Especial, portanto, funcionou como uma modalidade substitutiva da educação regular, pois dificilmente os alunos com deficiências conseguiam ingressar nas classes regulares, ou seja, eram mantidos como alunos “especiais” do sistema escolar que cursava paralelamente ao sistema educacional regular, pois não atingiam o padrão de “normalidade” dos alunos sem deficiência.  Esse paradigma foi intensamente questionado por continuar funcionando como espaços de segregação para aqueles que não se enquadravam no sistema regular de ensino. Os críticos do modelo integracionista argumentavam que a escola regular não foi (ainda não é) planejada, física e pedagogicamente, para acolher a diversidade de indivíduos, mas para atingir, de forma homogênea, os objetivos educacionais de alunos que não possuem deficiência. Defendiam, ainda, o reconhecimento das diferenças nos aspectos físico, psicológico e cultural dos alunos e, que a sociedade deveria criar condições para a inserção escolar e social dessas pessoas, atendendo ao princípio universal da igualdade entre os humanos.  A partir dessas críticas começa a tomar corpo a perspectiva inclusiva de educação. A Educação Especial no modelo da **inclusão** configura-se, então, com o sentido de se buscar formas de superar as situações de exclusão, reconhecendo o direito a ser diferente e envolvendo toda a sociedade no atendimento às pessoas com deficiência. **Nessa perspectiva configura-se o Modelo Social da Deficiência, que se caracteriza como um fenômeno de natureza social, reconhecendo que a característica física, a diferença, o estilo de vida imposto às pessoas com determinadas lesões no corpo compreendem os traços da identidade da espécie humana. A intervenção, nesse caso, deve ser feita na sociedade para garantir a participação dessas pessoas que necessitam ter seu acesso facilitado ou desimpedido, eliminando as barreiras que impedem o pleno direito à igualdade de oportunidade a todos. O termo “inclusão” nessa abordagem está associado à ideia de “acessibilidade”.**  A necessidade de refletir sobre uma escola inclusiva manifestou-se pelo amplo debate mundial acerca da exclusão educacional da população em geral e, em particular, da população com necessidades educacionais especiais. Vale lembrar que dentre esses eventos, a Conferência de Salamanca, realizada na Espanha em 1994, foi decisiva na mudança de paradigma da Educação Especial, que passa a ser considerada um **modelo complementar à educação regular**. É uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis de educação da educação básica para atender qualquer aluno que apresente alguma necessidade educacional especial temporária ou devido a alguma deficiência.  Nesse contexto, a inclusão escolar dos alunos com deficiência fundamenta-se na concepção de que a escola deve promover uma pedagogia centrada na criança de forma a atender suas características e necessidades; implica, portanto, numa reestruturação da organização escolar que vai muito além da adaptação física e curricular; impõe uma mudança de atitude para com os alunos; uma visão alargada sobre a diversidade humana.  **Referências Bibliográficas**  GLAT , R.; FERNANDES, E. M.Da Educação Segregada à Educação Inclusiva: uma Breve Reflexão sobre os Paradigmas Educacionais no Contexto da Educação Especial Brasileira. **INCLUSÃO - Revista da Educação Especial** p.35-39 - Out/2005. Disponível em: <http://historiadabncc.mec.gov.br/documentos/biblioteca/Revista_Inclusao_1.pdf>  KASSAR, M. C. M. Educação especial na Perspectiva da Educação Inclusiva: Desafios da implantação de uma política nacional. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 41, p. 61-79, Editora UFPR. jul./set. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602011000300005&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>  SASSAKI, R. K. INCLUSÃO: o paradigma do século 21. INCLUSÃO - **Revista da Educação Especial**. p.19-23. Out/2005. Disponível em: <http://historiadabncc.mec.gov.br/documentos/biblioteca/Revista_Inclusao_1.pdf> |